

**CONTROLE PREVENTIVO
de CONSTITUCIONALIDADE**



Paulo de Tarso Mendes de Souza

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Paulo de Tarso Mendes de Souza

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SO729c

Souza, Paulo de Tarso Mendes de
Controle preventivo de constitucionalidade / Paulo de Tarso Mendes
de Souza. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
200 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 177-179.

ISBN 978-65-5510-079-2

1. Direito constitucional. 2. Controle de constitucionalidade. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1176797

Sumário

Palavras Introdutórias.....	1
Capítulo Primeiro – Supremacia do Texto Constitucional. Fundamentação e Derivação da Norma Jurídica. Hierarquia das Normas. O Sistema de Freios e Contrapesos. A Intangibilidade da Autonomia Parlamentar	11
a) Fundamentação e derivação da norma jurídica	11
b) Hierarquia das normas.....	13
c) O sistema de freios e contrapesos	16
d) A intangibilidade da autonomia parlamentar	22
Capítulo Segundo – O Universo de Elaboração da Norma Jurídica. Poder Constituinte. Poder Legislativo. Judicialização e Ativismo Judicial. Legitimidade da Norma Jurídica Infraconstitucional Fruto do Poder Político ...	27
a) Poder Constituinte.....	29
b) Poder Legislativo.....	32
c) Judicialização e ativismo judicial.....	35
d) Legitimidade da norma jurídica infraconstitucional	47
Capítulo Terceiro – A Efetividade da Constituição e a Eficiência do Controle de Constitucionalidade	51
Capítulo Quarto – A Concepção da Norma-Parâmetro e a Prevalência de Maior Eficácia do Controle de Constitucionalidade Preventivo sobre o Repressivo	57

Capítulo Quinto – Objeto do Controle de Constitucionalidade Preventivo do Poder Legislativo Brasileiro - Projetos de Lei de Espécies Normativas Dispostas no Art. 59, da Constituição Federal. Normas não Sujeitas ao Controle de Constitucionalidade. Objeto do Controle de Constitucionalidade no Direito Comparado.	67
a) Normas sujeitas ao controle de constitucionalidade (art. 59, CF).....	68
b) Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade	69
c) Objeto do controle de constitucionalidade no direito comparado	71
Capítulo Sexto – Enfoques Doutrinários para a Classificação do Controle de Constitucionalidade Preventivo	75
a) Controle de constitucionalidade preventivo externo e interno.....	76
b) Controle de constitucionalidade preventivo político e controle de constitucionalidade preventivo jurisdicional	76
c) Controle de constitucionalidade preventivo quanto ao momento.....	77
d) Controle de constitucionalidade preventivo obrigatório e facultativo.....	77
e) Controle de constitucionalidade preventivo material e formal.....	78
Capítulo Sétimo – Disciplinamento Normativo do Processo de Controle de Constitucionalidade Preventivo	81
Capítulo Oitavo – A Fixação dos Efeitos da Decisão em Sede de Controle de Constitucionalidade Preventivo de Projetos de Lei.....	87
Capítulo Nono – Práticas Próprias ou Exemplificativas do Controle de Constitucionalidade Político e Judicial nas Diversas Constituições Brasileiras...	95
a) Modelo de controle de constitucionalidade político.....	95
b) Modelo de controle de constitucionalidade jurisdicional.....	100

Capítulo Décimo – Fragilidades do Atual Controle de Constitucionalidade Preventivo Brasileiro.....	105
a) Inexistência de legislação apropriada.....	106
b) Ausência de qualificação técnico-jurídica dos membros das Comissões...	120
c) Comprometimento político-partidário dos membros das Comissões	139
Considerações Finais	145
Anexo I – Acciones Directas de Inconstitucionalidad Juzgadas Procedentes....	153
Anexo II.....	175
Bibliografia.....	177